



EMERGÊNCIA DE UMA
SOCIEDADE CIVIL,
ACADÊMICA E MEDIA
MAIS PLURALISTA

Lúcia da Silveira

Analizando Angola de dos Santos à Lourenço e olhando para aquilo que é a intervenção das organizações da Sociedade Civil, a abordagem da comunidade académica, bem como a pluralidade dos media, podemos aqui tecer algumas considerações, primeiro a nível geral e depois especificamente olhando para cada um dos pontos supra afluídos.

Do ponto de vista da análise política da governação de Angola, um aspecto que importa realçar em tom de nota previa é que desde a independência em 1975 até agora, 2021, temos o mesmo partido político no poder. O mesmo partido a governar o país, o mesmo sistema de governação, as mesmas pessoas no governo e as mesmas dinâmicas. O anterior presidente, José Eduardo dos Santos ficou no poder por cerca de 36 anos, começou numa fase em que Angola tinha um sistema socialista Marxista Leninista, com uma economia centralizada, centralização do poder e das instituições e a partidarização do poder. E 45 anos depois é nosso entendimento que muito pouco mudou relativamente a governação

Apesar de em 1991 termos entrado formalmente pra aquilo que se chama de segunda república - em que foi aprovada a Lei Constitucional e aberto os meandros do Estado Democrático de Direito, com a abertura para o multipartidarismo, para aquilo que são os ideais da Democracia - do ponto de vista prático, as acções de governação tanto do presidente como daqueles que o rodeavam continuavam a ser como se de um partido estado se tratasse.

É verdade que durante muito tempo, Angola viveu um período de guerra fratricida, mas depois de 1992 quando Angola passa a viver um período de paz pouco ou nada foi feito relativamente as questões do desenvolvimento sustentável e do índice de desenvolvimento humano, a diversificação da economia e àquilo que é a justiça social e abrangente para todos os cidadãos angolanos.

Continuou-se a verificar a questão de apenas uma elite – com ligações políticas ao partido no poder - se beneficiar daquilo que são as riquezas do País. Volvidos estes anos todos tivemos muitos problemas, tanto em relação aos direitos humanos, com violações gravíssimas destes direitos, questões gravíssimas de violência policial, raptos, execuções extrajudiciais que com a mudança de presidente em 2017 levaram a que se criasse muitas expectativas de que efectivamente isso seria resolvido.

Podemos também falar aqui da media pública (TPA, RNA e Jornal de Angola) que na verdade sempre estiveram ao serviço da propaganda partidária do partido no poder, o MPLA. Em 2017, quando o presidente João Lourenço assumiu o poder, houve o que pareceu ser uma narrativa diferente relativamente as questões acima mencionadas, facto que criou grandes expectativas tanto para os cidadãos nacionais como para a comunidade internacional. Pensou-se que na haveria uma mudança de paradigmas das questões que referimos e que por exemplo, teríamos uma comunicação social publica mais plural, mais aberta e mais enquadrada ao Estado Democrático de Direito. Pensou-se também que teríamos uma comunicação social que teria um papel preponderante e que esta seria, como nos dizem alguns teóricos modernos, o terceiro sector ou o terceiro poder, que haveria maior proteção dos direitos humanos e que haveria o fortalecimento das instituições. Entretanto o que temos verificado de 2017 pra cá é na verdade um retrocesso e um agudizar da situação, uma vez que o actual presidente sempre fez parte da governação anterior, sempre foi parte do MPLA e sempre fez parte do sistema que governou o país durante estes 45 anos. De uma forma geral o sistema, as práticas, estratégias e a metodologia de intervenção ou de actuação do MPLA com o novo executivo não melhorou a situação de direitos humanos, pelo contrário, temos notado que nos últimos 2 anos esta tem piorado muito.

Esta piora nota-se sobretudo na ameaça aos defensores de direitos humanos na sua intervenção, represálias, no silenciamento ainda maior da media publica - houve um retrocesso, porque a media publica em 2017 depois da tomada de posse do Presidente João Lourenço passou uma sessão de abertura e de pluralismo, mas momentos depois voltou gradativamente ao que era anteriormente e progrediu para uma piora palpável.

Alguns órgãos de comunicação social privados passaram para a esfera pública alegadamente tendo em conta a questão do combate a corrupção, mas também é ponto assente que o combate a corrupção é um elemento selectivo como uma forma de sementar o poder de quem governa neste momento em contraposição àqueles que exerciam o poder anteriormente ou como uma espécie de combate e perseguição àqueles que eram leais ao anterior presidente José Eduardo dos Santos.

A media pública não esconde que tem um papel muito mais parcial, não respeita aquilo que são os meandros do direito de resposta e de uma comunicação social mais isenta, responsável, abrangente e que sirva como equilíbrio para a consolidação de um Estado de Direito. Vemos diariamente, quer a TPA, quer a TV Zimbo, o jornal de Angola e a RNA a fazerem como que uma permanente campanha eleitoral e publicidade do MPLA, são basicamente meios de propaganda. Quase nada se ouve falar das actividades de outros partidos na oposição, nada se vê do contraditório ou intervenção de ideias que sejam diferentes daquilo que é estratégia do próprio MPLA. Tal retrocesso do ponto de vista da governação fez gorar as expectativas de mudança em Angola.

Outra questão que precisa de ser feita é: Quase 30 anos depois qual é o papel da sociedade civil? Que sociedade civil temos agora em Angola, como é que era a sociedade civil na análise de contexto há 10 anos e como é que ela é actualmente. O que nós temos verificado é que a nível da sociedade civil houve grandes avanços, mas de certa maneira também começamos a ver algum esmorecer daquilo que é o papel da sociedade civil.

Há aqui sempre duas análises a fazer. A primeira análise é que há 30 ou 20 anos quando começaram a emergir para discutir as questões sobre os direitos económicos sociais e culturais, as organizações da sociedade civil definiram uma meta de que em 15 anos teríamos uma sociedade em que cada cidadão podia estar mais consciente dos seus direitos e teria uma intervenção muito mais espontânea e mais voluntária para a promoção e defesa dos seus direitos, que não seriam continuamente as organizações a tomar posições, a manifestarem-se, a fazer vigílias e a tomar todo tipo de atitudes como há 10 – 15 anos faziam.

O que se tem notado é que os cidadãos de uma forma geral têm despontado exatamente para isso, do ponto de vista da cidadania, da consciência cívica e do reconhecimento e promoção dos direitos humanos é positivo, na medida em que estão cada vez mais conscientes dos seus direitos e agem no sentido de reivindicar e fazer aquilo que a própria constituição estabelece, que é o exercício da cidadania e a participação na vida pública ou política.

Mas por outro lado começamos a notar que algumas organizações da sociedade civil que dispunham de grande protagonismo, hoje não têm sido tão visíveis ou não têm tido tanta intervenção. Há vários factores que podem ter influenciado e um deles tem a ver com a questão da sustentabilidade. A intervenção de muitas organizações da sociedade civil dependia muitas vezes de programas e projectos que por sua vez dependiam de financiamento de organizações internacionais. Com o crescimento económico de Angola algumas destas organizações internacionais acharam que os indicadores macroeconómicos eram mais do que suficiente para que as organizações pudessem a nível interno obter recursos para sustentar os seus programas e projectos.

Em função disso muitas organizações que tinham programas e projectos deixaram de ter financiamento, o que reduziu muito a sua intervenção em determinadas áreas. Entretanto, é importante também que as organizações, sobretudo as que são defensoras dos direitos humanos, sejam resilientes. Ou seja, que se adaptem ao novo contexto e criem novas dinâmicas de intervenção, não tanto as acções reactivas como acontecia anos atrás, mas muito mais proactiva, no sentido de fazer uma análise de contexto político, económico e social de Angola e em função disso ter uma posição mais forte sobre aqueles que são os problemas sociais que o país enfrenta actualmente, ainda que para isso não tenham muitos recursos financeiros para o efeito.

Isto leva-nos à um outro problema que é a capacitação e a permanência de recursos humanos nas organizações, porque grande parte do pessoal qualificado da sociedade civil, tendo em vista o acima referido, que é a questão da falta de financiamento, acabam por ser cooptados para instituições diferentes. Algumas públicas e outras privadas. As necessidades materiais e financeiras levam a que não haja sustentabilidade para permanecerem nas mesmas organizações. Então se calhar quando falamos neste tema da questão da sociedade civil mais académica tem muito há ver com isso, porque é também uma questão de compromisso e de sustentabilidade. É importante que os bons técnicos permaneçam na sociedade civil, mas que tenham meios para se manter, porque cada um de nós enquanto pessoa, tem necessidades financeiras. Se notar que a nível de uma organização não encontra este incentivo, vai dedicar cada vez menos tempo ao trabalho e acabar por desistir das organizações da sociedade civil. Assim, somente aqueles que eventualmente não tenham tanta capacidade técnica, apesar de terem boa vontade, permaneceram, mesmo que não tenham perfil para permanecerem nas mesmas.

De uma forma geral é este o cenário que temos neste momento tanto a nível dos retrocessos a nível da governação como o papel da media que também teve um retrocesso grande e a sociedade civil que apesar da boa vontade vai tendo uma fuga de quadros para o sector público ou privado. Resta-nos analisar e ver quais são as formas de manter técnicos capacitados para poderem continuar a fazer o trabalho de destaque.

As pessoas podem até dizer que o presidente encontrou o país em crise, mas a verdade é que o país nunca deixou de estar em crise, porque o grande problema de Angola sempre foi a corrupção. O problema de Angola não é a baixa no petróleo e sim a falta de transparência, má governação e desvios de fundos. Há países africanos que têm muito menos recurso que Angola, mas estão a organizar-se, porque têm uma gestão transparente, uma governação sustentável e com grande perspectiva de futuro, que é olhar para aqueles sectores que têm maior rentabilidade para o país e canalizar para os sectores terciários. Por exemplo, Angola é um país que tem potencial turístico e há países que vivem do turismo. Angola tem um solo bastante fértil, isso sem contar com todos os recursos minerais que existem. A falta de estratégia de governação, falta de estratégia económica, a falta de transparência e a não auscultação aos cidadãos tem sido um grande problema para Angola. Há muitas pessoas com ideias boas, cria-se conselhos de consulta, mas na verdade é um falso conselho para dar uma falsa ideia de que o presidente está a ouvir, têm ideias pré-concebidas e fingem que estão a auscultar, mas isso é simplesmente para manter o poder.